
OLGA CRISTOBAL E A MORTE DO FEMINISMO
Uma Crítica do Generismo

Marcus Gomes*

Olga Cristobal, militante do Partido Operário¹, apresenta uma reflexão interessante sobre o feminismo e aponta para a sua morte, especialmente se referindo ao que preferimos denominar “generismo”². O mais interessante do artigo de Cristobal é um conjunto de informações que ela traz sobre o que ela denomina “movimento feminista”. Cabe, então, uma reflexão crítica sobre tal artigo, visando resgatar seus momentos de verdade e questionar seus pontos problemáticos.

* Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB).

¹ Partido Obrero, fundado em Córdoba, em 1964, e legalizado em 1983, de orientação trotskista.

² O que os conservantistas chamam de “ideologia de gênero”, e que seria mais correto denominar “ideologia do gênero”, mas o neologismo “generismo” resolve os problemas de confusão entre a crítica radical que é realizada a tal concepção e a do conservantismo, pois possuem pontos de partida e objetivos antagônicos.

O primeiro ponto que cabe destacar é que Cristobal (2020) não se intimida diante do pensamento feminista hegemônico e nem da censura feminista, que hoje amedronta e silencia tantos indivíduos, tanto homens quanto mulheres, “leigos” e intelectuais. O generismo se tornou um “pensamento único” para os setores progressistas da sociedade que aborda questão da mulher e sexualidade e ganhou hegemonia nos meios intelectualizados. E por isso é preciso destacar a coragem de Cristobal e esperar que as mulheres em geral se libertem da ideologia generista e declarem sua liberdade intelectual. Nesse sentido, por mais que se possa discordar de algumas afirmações de Cristobal, não é possível desconsiderar sua coragem e dizer que, nesse sentido, ela deveria ser um exemplo. E isso é mais forte nos dias atuais, dominados pelo “espírito de rebanho”, seja o rebanho conservantista, seja o rebanho progressista.

Outro elemento interessante no artigo de Cristobal é o senso crítico e os vínculos que ela estabelece. O

Movimentos Sociais. Vol. 05, num. 08, 2020.

[2]

feminismo, tanto o radical, da diferença, acadêmico, são questionados, bem como a chamada “perspectiva de gênero”. A autora percebe bem que o feminismo contemporâneo, embora não poupe o feminismo anterior, é amplamente equivocado, atrelado ao poder, com ideias equivocadas.

Não se pode deixar de destacar, igualmente, as informações preciosas que ela traz, especialmente sobre o feminismo latino-americano e sua cooptação pelos aparatos estatais, tanto os dos assumidamente conservadores quanto pelos supostamente progressistas. Ela trabalha com o caso de vários países latino-americanos – e não só sobre eles – e cita extensivamente o discurso problemático das feministas cooptadas pelos aparatos estatais de vários países. Trata-se de uma excelente contribuição e que traz novos elementos para observarmos o processo de atrelamento do feminismo

contemporâneo com o paradigma subjetivista, por um lado, e com as instituições capitalistas, por outro³.

O que está por detrás de tudo isso? Questões que nem sempre surgem quando se criam supostos “consenso”, mesmo que apenas na região cultural do progressismo. Assim, Cristobal (2020) aponta para demonstrar os vínculos entre a política cultural e instituições internacionais (Banco Mundial, FMI, etc.), embora tenha faltado algumas, tais como a UNESCO e sua influências nas políticas educacionais a nível mundial.

Desta forma, a leitura do artigo de Cristobal se torna uma necessidade e, complementada por outras leituras, permite um avanço na análise crítica da ideologia feminista hegemônica na atualidade. Ele contribui para mostrar os vínculos ideológicos e políticos do generismo, mostrando as raízes sociais, o que remete para a cooptação

³ Sobre o paradigma subjetivista cf. Viana, 2019.

de amplos setores do movimento feminino⁴, e adaptação do feminismo ao paradigma subjetivista, embora essa parte não seja desenvolvida (e fica apenas explícito que se afastaram de posições mais críticas para as mais moderadas da “perspectiva de gênero”), através de políticas governamentais e instituições (nacionais e internacionais).

Sem dúvida, o artigo poderia ter aprofundado algumas questões. Esse é o caso do conteúdo ideológico do generismo. A autora aponta para a crítica do que ela denomina “perspectiva de gênero” (a ideologia generista), mas não aponta suas raízes ideológicas, o seu vínculo com ideologias hegemônicas, como o pós-estruturalismo⁵, e sua complementação da ideologia neoliberal, nem, muito menos que se trata de uma expressão do paradigma

⁴ Realizamos a distinção entre “movimento feminino”, que são todas as manifestações de movimento de mulheres, um movimento social (VIANA, 2016; JENSEN, 2020), e feminismo, que, de acordo com a teoria marxista dos movimentos sociais, é uma ramificação de tal movimento e não ele em si (VIANA, 2016; GOMES, 2017).

⁵ Sobre isso, cf. Viana, 2006.

subjetivista (mas isso seria pedir demais, porquanto a percepção da sua existência se fez recentemente e no Brasil, embora algumas ideias mais soltas e sem grande fundamentação a esse respeito, e com outra linguagem, já tivesse iniciado em outros lugares)⁶. Porém, ao mostrar os vínculos políticos e a cooptação, bem como mostrar que é uma característica da “perspectiva de gênero” e do “feminismo contemporâneo”, aponta para uma introdução ao estabelecimento da consciência das raízes ideológicas do generismo.

Uma análise das organizações e ativistas feministas seria interessante e Cristobal apresenta um bom material bibliográfico para quem quiser desenvolver tal pesquisa. Bem como também oferece bom material para

⁶ A percepção e crítica do paradigma subjetivista ganha sua expressão mais desenvolvida em 2019 (VIANA, 2019), embora tenha sido precedida por pequenos ensaios de aparecimento antes e alguns autores em outros países desenvolveram uma percepção próxima e mais simples, como Jacoby (1977) ao tratar da “política da subjetividade”.

quem quiser rastrear as políticas de cooptação e mutação ideológica que se estabelecem posteriormente. Essa lacuna no artigo de Cristobal é compreensível, pois ela não se propôs a isso e apresentou esse processo em linhas gerais.

Um problema que perpassa o artigo é sua concepção política, o que, sem dúvida, traz problemas. O trotskismo e suas limitações promovem dificuldades analíticas, tais como se vê em algumas passagens do seu texto. Uma delas está na referência ao não reconhecimento da concepção bolchevique sobre a questão das mulheres. Afirmiação problemática, pois além do que se convencionou pensar assim realizar a fusão de concepções bem distintas (incluindo Alexandra Kollontai que, apesar de ter participado do Partido Bolchevique era, especialmente no momento de suas melhores obras, uma dissidente do bolchevismo), a posição bolchevique diante da questão da mulher é limitada, tal como o bolchevismo é limitado no plano geral, não passando de uma ideologia de um setor (o mais radicalizado e dos estratos inferiores) da burocracia.

Movimentos Sociais. Vol. 05, num. 08, 2020.

[7]

No mesmo sentido, outras afirmações são problemáticas, tais como sobre “capitalismo patriarcal”, “revolução boliviana”, “centro-esquerda”, entre outras. Num caso, é um problema de linguagem; noutros, de concepção. Usar um termo como “revolução boliviana” é atentar contra a teoria marxista da revolução a banalizar o termo, sendo que qualquer troca de governo poderia ser pensada como “revolução”.

Por outro lado, o termo “centro-esquerda”, assim como “esquerda” nada explicam politicamente, são abstratificações que apenas confundem (ou seja, fundem coisas distintas) e cria um amplo espectro que seria a esquerda (que incluiria coisas tão distintas quanto marxismo, social-democracia, bolchevismo, anarquismo, autonomismo, e, dependendo da “generosidade”, até trabalhismo e outras concepções políticas moderadas) e, nesse mosaico ilusório, teríamos a ideia que indivíduos com concepções opostas e até antagônicas, tão diferentes nas suas lutas políticas, como Marx, Lênin, Mao, Stálin, Rosa

Luxemburgo, Bakunin, Trotsky, Kautsky, Bernstein, entre outros, seriam todos de “esquerda”.

O marxismo não é de esquerda, pois ele não escolheu um lado dentro do capitalismo e sim é anticapitalista. Assim, os termos “esquerda” e “centro-esquerda” são problemáticos. A autora ao criticar o “centro-esquerda” apenas busca distinguir sua posição da dos progressistas burgueses e progressistas moderados. E, em sua concepção, isso não é tão errado, afinal, os bolchevistas (incluindo os trotskistas) são apenas progressistas radicalizados, extremistas, embora muitos voltem ao moderantismo da social-democracia com muita facilidade e algumas tendências trotskistas já deram prova disso.

A ideia de um “capitalismo patriarcal” é extremamente problemática. Não existe um capitalismo patriarcal, pois esse só poderia ser uma forma do capitalismo (o que pressuporia um capitalismo não patriarcal, o que é sem sentido, já que as relações entre os sexos não se alteraram radicalmente em nenhum país

capitalista). Juntar essas duas palavras é uma concessão que todo o discurso anterior de Cristobal havia desmontado. Mas isso acompanha outra lacuna na abordagem de Cristobal, que é a não apresentação de sua concepção a respeito da questão da mulher (a suposta “concepção bolchevique”). Sem dúvida, não era este o objetivo do artigo, mas uma breve referência ou pelo menos uma indicação bibliográfica seria necessária. Ou seria uma falta de uma teoria sobre tal questão? E daí que, mesmo negando certas afirmações, acaba reproduzindo outras?

Por fim, uma última lacuna emerge no texto de Cristobal. Falta uma alternativa, tanto no âmbito da política geral quanto no que se refere ao caso específico da questão da mulher. Sem dúvida, a política fica subentendida, já que é trotskista (fundar ou fortalecer um partido revolucionário, exercer a vanguarda e ser a direção revolucionária do proletariado, tomar o poder estatal, estatizar a sociedade), e que não passa da criação de um capitalismo estatal, como ocorreu na URSS e outros países. A posição diante da

questão da mulher, no entanto, fica ausente. No máximo fica subentendido que elas devem aderir às ideias trotskistas e fazer parte do partido revolucionário e seguir suas orientações, o que é extremamente problemático, devido aos limites intransponíveis do trotskismo, do burocratismo dos seus partidos, entre diversos outros problemas.

Em síntese, esses problemas do artigo de Cristobal não retiram a justeza das informações que ela apresenta, o processo de cooptação que ela identifica, os interesses e limites do generismo, entre outras colaborações que ela apresenta. E por isso o que cabe é resgatar tal artigo, divulgá-lo, mostrar o que ele diz e o que deveria ser debatido pela sociedade em geral. E a partir de sua leitura devemos perguntar para as mulheres que se dizem adeptas do generismo ou pelo menos simpatizante, qual sua posição após a leitura desse texto? E não apenas as mulheres, mas também os homens em geral, os intelectuais (homens e mulheres), entre outros, que reproduzem tal discurso nas universidades e noutros lugares, devem responder: qual é a

Movimentos Sociais. Vol. 05, num. 08, 2020.

sua justificativa de se aliar com ideias que expressam um conservadorismo esclarecido e que ilude as mulheres com falsas promessas e assim fortalece sua hegemonia e dominação cultural que justifica e legitima a exploração e dominação de classe?

A leitura do artigo de Cristobal pode ser o ponto de partida para uma reflexão crítica sobre o generismo, iniciada e já realizada, sob outras formas, por outros, mas omitida, ocultada, silenciada. Por isso a leitura de tal artigo se torna fundamental nos dias de hoje, no qual o mundo claustrofóbico da hegemonia subjetivista elimina toda criticidade e possibilidade de escapar de sua prisão cultural. Romper com as cadeias que nos aprisionam, mesmo que enfeitadas com o discurso de que expressam a liberdade, é a tarefa mais urgente do mundo contemporâneo e condição de possibilidade para a libertação humana.

Referências

CRISTOBAL, Olga. Fulgor e Morte do Movimento Feminista. *Movimentos Sociais*. Vol. 05, num. 08, 2020.

GOMES, Marcus. Movimento Feminino e Feminismo. *Movimentos Sociais*, Goiânia, v.2, n.3, jul./dez. 2017.

JACOBY, Russell. *Amnésia Social*. Uma Crítica à Psicologia Conformista de Adler e Laing. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

JENSEN, Karl. *Que Fazer? A Resposta Proletária*. Goiânia: Edições Redelp, 2020.

VIANA, Nildo. Gênero e Ideologia. In: VIANA, N. (org.). *A Questão da Mulher*. Opressão, Trabalho, Violência. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2006.

VIANA, Nildo. *Hegemonia Burguesa e Renovações Hegemônicas*. Curitiba: CRV, 2019.

VIANA, Nildo. *Os Movimentos Sociais*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.